



# CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

**1. SENHORES ACIONISTAS:** A Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhado do relatório dos auditores independentes. Todas as comparações contidas neste relatório são realizadas em relação ao exercício de 2015 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado. **2. APRESENTAÇÃO:** A CART é uma companhia aberta de capital nacional, listada na BM&FBOVESPA com nível 2 de governança corporativa e registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob a categoria B, sem ações negociáveis no mercado e com debêntures emitidas em dezembro de 2012 (com vencimento em dezembro de 2024). O início da operação deu-se em 2009, após a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR ter sido vencedora da concorrência pública internacional que transferiu à CART a administração do denominado Corredor Raposo Tavares, constituído pelas rodovias SP-225, SP-327 e SP-270, pelo prazo de 30 anos. O trecho sob administração da CART está compreendido entre os municípios de Bauri e Presidente Epitácio, que, em seu eixo principal, possui 444 quilômetros de extensão. Além disso, a CART também realiza a manutenção de estradas vicinais, que corresponde a 389 quilômetros, totalizando 834 quilômetros de rodovias, passando por 34 municípios. O Corredor Raposo Tavares é a principal via de trânsito de produtos e serviços e de mercadorias no Estado de São Paulo, formado por municípios com forte potencial econômico, especialmente o escoamento de cargas, por ser uma valiosa ligação entre o Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul e toda a região sul do país, com destaque para o Estado do Paraná, onde está localizada o porto de Paranaguá. A CART é controlada em sua totalidade pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR, grupo brasileiro, que atua no segmento de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. Atualmente seu portfólio é composto por 12 empresas concessionárias de serviços públicos. Em 2015, a Invepar, por meio de suas concessões, administrou 1.975 quilômetros de rodovias. Suas concessões rodoviárias são: LIMA Amarela S.A. ("LAMSAC"), Concessionária Litorânea Norte S.A. ("LITNORTE"), Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART"); Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"); Concessionária Rio Teropissolis S.A. ("CRT"); Concessionária Rota do Atlântico ("CRA"); Concessionária ViaRio S.A. ("VIARIO"), Concessionária Via O40 S.A. ("Via O40") e Linha Amarela S.A.C. ("LAMSAC"), em Lima, no Peru, esta sendo a primeira concessão internacional do grupo. No segmento aeroportos, a Invepar opera, em consórcio formado com a Airports Company South Africa ("ACSA") e Infraero, a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), o maior do país, que movimenta cerca de 39 milhões de passageiros. No segmento de mobilidade urbana, a Invepar está presente por meio da Concessão Metrôviária do Rio de Janeiro S.A. ("METRÔRIO"), e a Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"), ambas na cidade do Rio de Janeiro. Além das doze concessões viárias, a Invepar detém direitos sobre três empresas: PEX S.A. ("PEX") ou "Passo Expresso", empresa que presta serviços de cobrança automática de pedágios, com foco em concessões do grupo Invepar - LAMSAC, CBN, CLN, CRA e CRT - e também na Rota dos Corredores (PE), Via Lagos, Ponte Rio-Niterói e Shopping Via Parque. MetroBarra S.A. ("METROBARRA"), empresa responsável pela aquisição e disponibilização dos materiais rodantes e sistemas que serão utilizados na Linha 4 do metrô no Estado do Rio de Janeiro, com entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2016. A construção é de responsabilidade da Concessionária Rio Barra, que detém os direitos de exploração da Linha 4. A Invepar, por meio da METROBARRA, assinou um contrato de opção de compra das ações da Concessionária Rio Barra, a ser exercido após as condições precedentes serem cumpridas. A PEX Peru S.A.C. ("PEX Peru"), empresa pré-operacional que presta serviços de cobrança automática de pedágios na Concessionária LAMSAC, foi adquirida pela Invepar consolidada integralmente às empresas sobre as quais exerce controle. Empresas consolidadas integralmente: CART, CLN, GRUPAR, GRU Airport, LAMSAC, LAMSAC, LAMBRA, METROBARRA, METRÔRIO, PEX e Via O40. As demais empresas onde há controle em conjunto com um ou mais acionistas são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial (CRT, CBN, CRA, VLT Carioca e ViaRio). **3. DESTAQUES DO ANO: 3.1. OBRAS NO TRECHO PRINCIPAL:** Em 2015, a CART implantou 01 passarela, concluiu 04 pontos de ônibus, entregou 03 postos de fiscalização, além de realizar a melhoria em 04 dispositivos e iniciou: (i) 42,57 quilômetros de duplicação, (ii) implantação de 12 dispositivos e melhoria de 06, (iii) 03 bases de pesagem móvel e (iv) 02 reforços estruturais internos. Além disso, implantou: (i) mais de 582 unidades de impacto; (ii) 184,720 m de sinalização horizontal; (iii) 2.819,26 metros de arte especiais, entre elas a recuperação de pontes, viadutos, galerias e passagens de gado; (iv) 2.883,73 m de drenagem e (v) 10,262 unidades de taxas refletivas. **3.2 ATENDIMENTO AO USUÁRIO:** Completamos em 2015 um ano de implantação do Projeto "Inspeguinho", que remodelou os serviços de atendimento aos usuários, unificando os serviços de inspeção viária e socorro mecânico através de veículos do tipo quinho leve, que além da inspeção já atua na remoção do veículo se necessário. Este projeto reduziu em cerca de 18% o tempo médio de chegada do recurso de remoção, que 2014 era em média 12 minutos e após a implantação do projeto, em 2015, foi reduzido para média de 10 minutos. Também foi observado o aumento da quantidade de atendimento com plotagem zero, que é quando a Concessionária realiza a remoção do veículo sem ter havido o acionamento através do 0800 da CART, o que mostra a eficiência da inspeção. **3.3 SEGURANÇA:** A CART, com o objetivo de reduzir a quantidade de acidentes no número de acidentes no Estado de São Paulo em 2015, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. A redução foi de 17,69% (de 1.012 acidentes para 833) comparado aos meses de janeiro a setembro de 2014, consequência do investimento em melhoria e infraestrutura, como duplicação, recuperação de pavimento, implantação e melhoria de dispositivos, acostamentos entre outros. Além da redução dos acidentes consequentemente houve a redução de 17,88% de feridos e 17,39% de mortes. Outro fator que contribuiu para a redução dos acidentes foi a atuação da Polícia Militar Rodoviária do Estado de São Paulo, que se utiliza da tecnologia do Centro de Controle Operacional ("CCO"), onde Policiais Rodoviários trabalham dentro do CCO observando as imagens captadas em tempo real das 52 câmeras de videomonitoramento da Concessionária, instaladas ao longo do Corredor Raposo Tavares, realizando a fiscalização dos pontos críticos, atuando os infratores em ultrapassagens em faixa contrária, conversões em locais proibidos e evasão das praças de pedágio. A segurança dos colaboradores, usuários e do patrimônio da CART conta com o Centro de Controle de Segurança Empresarial ("CCSE"), com cerca de 352 câmeras que monitoram 24 horas por dia a sede da Companhia, as 09 nove praças de pedágio, as 12 bases de serviços de atendimento ao usuário ("SAUS"), e 01 alarmado e circuito interno de televisão - CCTV. Através do monitoramento e a implementação de ações preventivas, o CCSE vem obtendo sucesso, haja vista que nos mais de seis anos de operação do Corredor Raposo Tavares não foi registrado nenhuma ocorrência delituosa contra patrimônio da CART e seus colaboradores. **3.4 COMUNICAÇÃO COM USUÁRIOS:** Em 2015, a Companhia criou um usuário contendo informações básicas para facilitar o contato tanto em forma de quem trafega pelas rodovias administradas pela CART quanto na área de atuação da Concessionária. Por meio da assessoria de imprensa e das redes sociais foram divulgados os serviços e os benefícios que estão disponíveis aos usuários nas rodovias concedidas, além da divulgação de obras e melhorias, orientações para segurança e as ações socioambientais realizadas pela CART junto das comunidades onde atua. Através da parceira com a ARTESP - Agência Reguladora dos Transportes do Estado de São Paulo, a CART trouxe aos usuários do Corredor CART campanhas educativas, ambientais e de segurança, entre elas a "Semana Nacional de Trânsito", "Operação Corta Fogo" e "Campanha do Agasalho" reiterando, assim, seu compromisso com a segurança das comunidades. Em 2015, a CART lançou um novo portal ([www.cart.invepar.com.br](http://www.cart.invepar.com.br)), mais focado em serviços aos usuários, aprimorando as funcionalidades de navegação com mapa interativo, calcule sua rota, pontos de interesse - praças de pedágio; postos de combustível, o fale conosco, meteorologia, além das câmeras da rodovia em tempo real. Presente nas mídias sociais, a CART possui sua fanpage no Facebook (@cartinvepar), Twitter, canal no YouTube e página oficial no LinkedIn. Faixas ao longo das rodovias e divulgação nas rádios exemplificam também esta diversidade de canais utilizados pela Concessionária para se comunicar com seus usuários. **3.5 ATIVIDADES EDUCATIVAS:** O projeto "Trânsito Legal" desenvolve diversas atividades práticas voltadas ao tema "educação para o trânsito". O projeto é realizado em parceria com os municípios do Corredor CART, e visa orientar os cidadãos acerca de segurança viária e preservação da vida. Em 2015, o projeto atendeu cerca de 6.642 pessoas entre crianças, jovens e adultos. **3.6 INOVAÇÕES:** Com o objetivo de mapear o comportamento do fluxo de veículos no Corredor Raposo Tavares, foi implantada a primeira fase do projeto Gestão de Fluxo Rodoviário

CART usando a tecnologia OCR, que através de equipamentos e softwares captura as placas dos veículos e geram dados para a análise do tráfego e rotas alternativas ao longo do trecho da CART, permitindo a construção de estratégias e tomadas de decisão alinhadas ao planejamento estratégico. Implantada a solução *Business Intelligence* (BI) para gestão de indicadores das áreas. O termo BI, inteligência de negócios, refere-se ao processo de coleta, organização, análise, compartilhamento e monitoramento de informações que oferecem suporte à gestão de negócios os quais transformam uma grande quantidade de dados brutos em informações úteis para tomadas de decisões estratégicas. O projeto visa o acompanhamento dos indicadores de forma centralizada, mais ágil na tomada de decisão, garantia da segurança da informação e possibilidade de análise de dados de forma consolidada, contribuindo para os resultados e entrega da estratégia da companhia. **4. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO EM 2015: DESEMPENHO OPERACIONAL**

Desempenho Operacional (Mil)	2015	2014	%
<b>VEPS</b>	<b>52.788</b>	<b>54.068</b>	<b>-2,4%</b>
Veículos Leves	16.101	16.055	0,3%
Veículos Pesados	36.687	38.013	-3,5%
<b>Tráfego</b>	<b>24.624</b>	<b>25.211</b>	<b>-2,3%</b>
Veículos Leves	16.295	16.255	0,2%
Veículos Pesados	7.989	8.482	-6,9%
Veículos Isentos	431	474	-9,1%
<b>Tarifa Média (R\$)</b>	<b>5,43</b>	<b>4,87</b>	<b>11,5%</b>

VEPS = Veículos Equivalentes Pagantes. Em 2015, as praças de pedágio da CART registraram 52,8 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes em 2015, 2,4% abaixo do registrado no exercício de 2014. Os Veículos Leves tiveram uma alta de 0,3% em 2015 quando comparado com o ano anterior. Os Veículos Pesados registraram queda de 3,5% em 2015 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, reflexo do desempenho econômico do período e pelas paralizações dos caminhoneiros ocorridas no primeiro e último trimestre de 2015. **RECEITA OPERACIONAL**

Receta Operacional (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Receta Bruta</b>	<b>453.376</b>	<b>681.968</b>	<b>-33,5%</b>
Recetas com Pedágio	286.846	263.483	8,9%
Recetas Acessórias	9.703	9.045	7,3%
Receta de Construção (IFRS)	156.827	409.440	-61,7%
<b>Receta Bruta Ajustada¹</b>	<b>296.549</b>	<b>272.528</b>	<b>8,8%</b>
Deduções da Receta Bruta	(25.919)	(23.828)	8,8%
<b>Receta Líquida Ajustada¹</b>	<b>270.630</b>	<b>248.700</b>	<b>8,8%</b>

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receta de Construção. A Receta Bruta totalizou R\$453,4 milhões, diminuição de 33,5% em relação ao exercício de 2014. A variação negativa é decorrente da Receta de Construção, advinda das normas de IFRS (R\$252,6 milhões), e é explicada pelas diferentes etapas do cronograma de obras entre os períodos em comparação.

Receta Líquida Ajustada (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Receta Líquida Ajustada¹</b>	<b>270.630</b>	<b>248.700</b>	<b>8,8%</b>
Receta com Pedágio	261.839	240.491	8,9%
Recetas Acessórias	8.791	8.209	7,1%

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receta de Construção. A Receta Líquida Ajustada atingiu R\$270,6 milhões, um crescimento de R\$21,9 milhões, ou 8,8% em relação ao ano de 2014. Os principais impactos foram: (i) Receta com Pedágio - Representou 97% da Receta Líquida Ajustada, um crescimento de R\$21,3 milhões, ou 8,9%, representado principalmente pelo: i) reajuste tarifário em 1º de julho de 2015, e ii) reclassificação tarifária das Praças de Pedágio no segundo semestre de 2015 em função da entrega de trechos de duplicação da SP-225 e SP-270. **Recetas Acessórias** - Representou 3% da Receta Líquida Ajustada, com um aumento de R\$0,6 milhões em relação ao ano de 2014. A variação deveu-se principalmente pelo reajuste dos contratos. **CUSTOS & DESPESAS.**

Custos & Despesas (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais</b>	<b>(410.241)</b>	<b>(616.419)</b>	<b>-33,4%</b>
Pessoal	(37.627)	(33.426)	12,6%
Conservação & Manutenção	(28.277)	(20.145)	40,4%
Operacionais	(35.074)	(34.109)	2,8%
Outorga Variável	(4.448)	(4.088)	8,9%
Despesas Administrativas	(20.683)	(20.317)	1,8%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(19.171)	(55)	n/a
Custo de Construção (IFRS)	(155.274)	(405.386)	-61,7%
Provisão de Manutenção (IFRS)	(18.065)	(16.294)	10,9%
Depreciação & Amortização	(91.622)	(82.599)	10,9%
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustado¹</b>	<b>(236.902)</b>	<b>(194.739)</b>	<b>21,7%</b>

¹ Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receta e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção. No ano de 2015, os Custos & Despesas Operacionais totalizaram R\$410,2 milhões. Incluído neste valor estão R\$155,3 milhões de Custo de Construção e R\$18,1 milhões de Provisão de Manutenção, ambos relacionados ao IFRS. Em comparação com ano de 2014, houve diminuição no valor do Custo de Construção, que a exemplo da Receta de Construção (já citada anteriormente), está impactado pelo volume de obras executadas no exercício. Já o aumento do valor da Provisão de Manutenção, reflete as expectativas mais atualizadas da Companhia para gastos futuros com a restauração do pavimento. Para efeito de análise, os Custos & Despesas Operacionais Ajustados não contemplam estes valores. Os Custos & Despesas Operacionais Ajustado somaram R\$236,9 milhões no período, um aumento de 21,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A inflação pelo IPCA no mesmo período foi de 10,6%. Os principais fatores de variação foram: (i) Gastos com Pessoal, incluindo reajuste salarial (12,6%); (ii) Depreciação & Amortização, que reflete os investimentos realizados no período (10,9%); (iii) Outras Receitas/Despesas Operacionais, que considera a contrapartida da baixa de valores do ativo intangível, decorrentes dos custos adicionais com o refatoramento de serviços oriundos do Contrato de Construção da Companhia; e (iv) Conservação & Manutenção, com um aumento de 40,4% em relação a 2014, quando houve um período de estagnação não comum para a época (a constância de chuvas demanda um maior volume de intervenções para manutenção do pavimento). A variação da rubrica também é explicada pelo início da manutenção nas estradas vicinais, a partir do 2º semestre de 2014.

EBITDA & Margem EBITDA (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Receta Bruta</b>	<b>453.376</b>	<b>681.968</b>	<b>-33,5%</b>
<b>Receta Líquida</b>	<b>427.457</b>	<b>658.140</b>	<b>-35,1%</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>(350.945)</b>	<b>(577.631)</b>	<b>-39,2%</b>
<b>EBITDA &amp; Margem EBITDA (R\$Mil)</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>76.512</b>	<b>80.509</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Despesas Gerais &amp; Administrativas</b>	<b>(59.295)</b>	<b>(38.788)</b>	<b>52,9%</b>
<b>EBIT</b>	<b>17.217</b>	<b>41.721</b>	<b>-58,7%</b>
(+) Depreciação & Amortização	91.622	82.599	10,9%
<b>EBITDA¹</b>	<b>108.839</b>	<b>124.320</b>	<b>-12,5%</b>
<b>Margem EBITDA¹</b>	<b>25,5%</b>	<b>18,9%</b>	<b>6,6 p.p.</b>
<b>Ajustes</b>	<b>16.512</b>	<b>12.240</b>	<b>34,9%</b>
(-) Receta de Construção (IFRS)	(156.827)	(409.440)	-61,7%
(+) Custo de Construção (IFRS)	155.274	405.386	-61,7%
(-) Provisão de Manutenção (IFRS)	18.065	16.294	10,9%
<b>EBITDA Ajustado²</b>	<b>125.351</b>	<b>136.560</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado²</b>	<b>46,3%</b>	<b>54,9%</b>	<b>-8,6 p.p.</b>

¹ Instrução CVM nº527/12; ² Desconsidera os impostos do IFRS em relação à Receta e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção. O EBITDA, considerando o impacto IFRS, totalizou R\$108,8 milhões no ano de 2015, uma variação negativa de 12,5% em relação ao ano de 2014, com uma Margem EBITDA de 25,5%. O EBITDA Ajustado atingiu R\$125,4 milhões, com uma Margem EBITDA Ajustado de 46,3%, uma variação negativa de 8,6 p.p. no período em comparação, resultado principalmente da contrapartida da baixa de valores do ativo intangível, conforme já explicado anteriormente. Como caráter informativo, ao expurgarmos o efeito negativo da baixa do ativo intangível, a Margem EBITDA Ajustado em 2015 é de 54,3%.

Resultado Financeiro (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(243.446)</b>	<b>(162.157)</b>	<b>50,1%</b>
<b>Recitas Financeiras</b>	<b>17.561</b>	<b>21.335</b>	<b>-17,7%</b>
Juros sobre Aplicações Financeiras	17.328	21.014	-17,5%
Outros	233	321	-27,4%
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(261.007)</b>	<b>(183.492)</b>	<b>42,2%</b>
Juros sobre Despesas Financeiras	(136.370)	(115.450)	18,1%
Variações Cambiais e Monetárias	(124.255)	(67.271)	84,7%
Comissões e despesas bancárias	(380)	(736)	-48,4%
Outros	(2)	(35)	-94,3%

No exercício de 2015 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$243,4 milhões de despesas líquidas, o que representou um aumento de 50,1% em relação ao exercício de 2014. A variação ocorreu principalmente em razão dos maiores dispêndios de Despesas Financeiras decorrentes das

captativas junto ao BNDES no segundo semestre de 2014. Também exerce influência o aumento da inflação (IPCA + 4,24 p.p.) e a taxa de juros de longo prazo (TULP + 1,21 p.p.). **PREJUÍZO LÍQUIDO**

Resultado Líquido (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Lucro / Prejuízo Líquido</b>	<b>(223.247)</b>	<b>(80.206)</b>	<b>178,3%</b>

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de R\$223,2 milhões no exercício de 2015, um aumento de 178,3% em relação a 2014, impactado pelo aumento das Despesas Financeiras, adicionado a não constituição de IR/CS diferido em 2015 (R\$37,2 milhões).

**DISPONIBILIDADES & ENDIVIDAMENTO**

Disponibilidades e Endividamento (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(1.630.169)</b>	<b>(1.625.537)</b>	<b>0,3%</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>151.947</b>	<b>91.172</b>	<b>66,7%</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	14.227	22.004	-35,3%
Aplicações Financeiras	137.720	69.168	99,1%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.782.116</b>	<b>1.716.709</b>	<b>3,8%</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>910.293</b>	<b>106.867</b>	<b>751,8%</b>
Empréstimos e Financiamentos	901.721	99.671	804,7%
(-) Debêntures	11.627	10.424	9,4%
(-) Encargos Financeiros	(3.055)	(3.628)	-10,9%
<b>Longo Prazo</b>	<b>871.823</b>	<b>1.609.842</b>	<b>-45,8%</b>
Empréstimos e Financiamentos	-	819.751	n/a
Debêntures	919.777	840.400	9,4%
(-) Encargos Financeiros	(47.953)	(50.309)	-4,7%
<b>Dívida Líquida Ajustada</b>	<b>(1.678.122)</b>	<b>(1.675.846)</b>	<b>0,1%</b>

Dívida Líquida Ajustada = Não considera o efeito contábil da apropriação dos Encargos Financeiros. A CART encerrou o exercício de 2015 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras no total de R\$151,9 milhões, 66,7% maior em relação ao montante disponível no exercício de 2014. O aumento decorre da integralização de capital ocorrida no final de 2015, e pelo aumento do volume mantido em contas reservas que servem como garantia ao pagamento do serviço da dívida da Companhia. A dívida bruta da Companhia atingiu R\$1,8 bilhão no período, representando um aumento de 3,8%. O perfil do endividamento sofreu alteração, e o montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 48,9%, conforme explicação a seguir: Os contratos de dívida da Companhia (Contrato de Financiamento com o BNDES e Escritura de Debêntures) estabelecem o cumprimento de alguns índices financeiros pela Companhia, dentre eles o índice Patrimônio Líquido/Ativo Total > 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2015 o índice financeiro Patrimônio Líquido/Ativo Total da Companhia é de 19,72%, inferior ao estabelecido. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado. Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na Escritura de Debêntures, a Companhia, conservadamente, transferiu todo o saldo da dívida do referido contrato para passivo circulante em 31 de dezembro de 2015. A Controladora da Companhia realizou até 12 de abril de 2016, aportes de capital no montante de R\$51,0 milhões, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento. Em suma, com a cura já realizada, não há qualquer hipótese de vencimento antecipado e, portanto, a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vincida no Longo Prazo no seu ITR.

Investimento (R\$Mil)	2015	2014	%
<b>Investimento Total</b>	<b>122.647</b>	<b>421.177</b>	<b>-70,9%</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>4.474</b>	<b>5.112</b>	<b>-12,5%</b>
<b>Intangível</b>	<b>134.366</b>	<b>420.807</b>	<b>-68,1%</b>
Software e Outros	970	859	12,9%
Direito de Concessão (Investimento)	133.396	419.748	-68,2%
<b>(-) Transação Não Caixa</b>	<b>(14.640)</b>	<b>(488)</b>	<b>2.900,0%</b>
<b>(-) Margem de Construção</b>	<b>(1.553)</b>	<b>(4.054)</b>	<b>-61,7%</b>

No período em comparação, houve uma diminuição de 70,9% nos investimentos da Companhia. No total, foram investidos R\$122,6 milhões, destinados principalmente à execução de obras de implantação e melhorias do sistema viário. A variação frente ao período anterior reflete as diferentes fases do cronograma de obras da concessão. **5. GESTÃO E ESTRATÉGIA: 5.1 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.** Desde 2009, a CART é signatária do Pacto Empresarial do Programa Na Mão Certa, assumindo publicamente o compromisso de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. Também é signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas que mobiliza empresas para adoção de valores sustentáveis, nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Desde 2012, a Companhia mantém um Comitê Interno de Responsabilidade Socioambiental, e promove anualmente Workshops de Responsabilidade Socioambiental que contam com a participação de stakeholders. Em conjunto com o Instituto INVEPAR, seleciona projetos socioambientais a serem implementados nas regiões abrangidas pelo Corredor CART e elabora o Relatório Anual com base na metodologia do Global Reporting Initiative (GRI). Também aplica anualmente o autodiagnóstico dos Indicadores Ethos, onde avalia a aderência às questões relacionadas à sustentabilidade e responsabilidade social na gestão da Companhia. Visando uma aproximação maior com condutores de veículos leves e pesados, a CART realizou os eventos de Saúde & Cidadania nas bases de serviço para os usuários em toda a extensão da concessão, com o objetivo de orientar quanto aos cuidados com a Saúde e também aumentar o conhecimento dos motoristas quanto aos serviços da CART. Dentro desta interface de saúde, em parceria com a Polícia Militar Rodoviária, a CART passou a realizar em pontos estratégicos o evento intitulado Acorda Motorista, que tem como alvo os caminhoneiros que trafegam no Corredor CART e oferece gratuitamente testes de saúde, orientações sobre segurança e sobre a importância dos cuidados com os itens de segurança do caminhão, incluindo a troca gratuita de faixas refletivas no evento. No ano de 2015 participaram 2.913 motoristas. Em 2015, a CART realizou investimento de R\$137.972,60 no desenvolvimento de diversos projetos socioambientais, entre eles estão: (i) Projeto Seguindo em Frente; (ii) Projeto Integrar Áreas; (iii) Apoio Socioeconômico à Família Desaparecida; (iv) Campanha de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias; (v) Implantação de oficinas de educação para o trânsito, entre outros. Além disso, a CART tem realizado um forte trabalho de recuperação do meio ambiente em todo o trecho de concessão, com iniciativas como: (i) convênio com hospital médico-veterinário para recuperação e reabilitação de animais silvestres e domésticos; recuperação de 265 pontos de erosão; (ii) utilização de tintas à base de água nas obras de engenharia; (iii) reutilização de material fresa; (iv) conscientização ambiental de colaboradores; (v) doação de 5.000 mudas de árvores nativas à Prefeituras Municipais e 600 mudas aos colaboradores; (vi) manutenção da certificação da NBR ISO 14001:2004; (vii) realização do controle da fumaça preta em toda a frota diesel própria e de terceiros; (viii) controle ambiental de resíduos; e (ix) implantação do programa substituição de materiais reciclados; (x) realização de análises de potabilidade da água para consumo humano e monitoramento da qualidade da água de 30 nos ao longo de sua concessão; (xi) atendimento a ocorrências de acidentes com produtos perigosos. A CART desenvolveu ainda, o Programa de Restauração Ecológica da Reserva Estadual de Assis do Instituto Florestal, que contou com o plantio de 76 mil mudas; e ainda desenvolveu o Programa de Restauração Ecológica da Reserva Estadual de Pederneras do Instituto Florestal, que contou com o plantio de 150 mil mudas, ambas como parte de compensações ambientais. Em relação à fauna, deu continuidade ao programa "Proteção à Fauna do Corredor Raposo Tavares", através da implantação de 1 mil metros de telas de condução de fauna e firmou parceria com o Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas que tem auxiliado a CART na identificação e pontos críticos de atropelamento de animais silvestres e na adoção de medidas para redução das ocorrências, contribuindo assim com a redução de 70% no índice de atropelamento da fauna silvestre nos trechos onde também contemplou a elaboração de manual de primeiros socorros para a CART contratou a empresa Via Fauna, cuja responsável técnica Me. Fernanda Abra, considerada referência em medidas de mitigação de atropelamento de fauna no Estado de São Paulo, elaborou um projeto para regularização do manejo de fauna das rodovias do Corredor Raposo Tavares. A CART será a primeira concessionária de rodovias do Estado de São Paulo a ter este procedimento inteiramente regularizado junto ao Departamento de Fauna (De-Fau) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Este trabalho também contemplou a elaboração de manual de primeiros socorros para atendimento de animais acidentados cujos insetos da CART serão treinados pela própria Fernanda. Por fim, foram realizadas 56 capturas distribuídas em cinco Classes (Amphibia, Aves, Mammalia, Reptilia e Insecta), durante todas as atividades de duplicação dos trechos do Km 242+230km ao Km 298+900, no sistema viário da Rodovia João Batista Cabral Rennó (SP-225). Com foco na sustentabilidade, a CART reduziu em 32% o consumo de água de sua sede e bases operacionais, quando comparado ao exercício anterior. A redução do consumo de energia elétrica no mesmo período foi de 10,24%. **5.2 RECURSOS HUMANOS.** O desenvolvimento do capital humano é um dos pilares estratégicos da CART. Para isso, é priorizada a contratação de mão-de-obra da região, seja ela própria ou de empresas parceiras. Também há investimento em treinamentos para capacitação e desenvolvimento dos colaboradores próximos e terceirizados. A CART encerrou o exercício de 2015 com 659 empregos diretos e 1.8



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** 1.a) **Operações da Companhia.** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Iessa Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por meio de contrato, mediante cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advenir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos: início do trecho, compreendendo: I. SP-270: Rodovias RA-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km336+735, Bauru; final do trecho no Km317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo. III. SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, Km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km32+443, no entroncamento com a SP-270, Km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contado da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. A CART é uma subsidiária integral da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (Invepar). Em 31 de dezembro de 2015, a Concessionária possui capital circulante líquido negativo de R\$863.743 (R\$81.629 em 31 de dezembro de 2014), causado principalmente pela transferência da dívida do longo prazo para o curto prazo. Em 31 de dezembro de 2015, o índice financeiro é de 19,72%, por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, a Companhia, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2015 (conforme nota explicativa nº 9). A Administração da CART e da INVEPAR tem atuado ativamente na avaliação das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e na melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a INVEPAR efetuará aporte de recursos necessários à manutenção das atividades.

1.b) **Diligência em Empresas Partes Relacionadas.** A Companhia é controlada integral da Investimento e Participações em Infraestrutura S.A. ("Invepar"), que por sua vez tem como acionista integrante de seu bloco de controle a construtora OAS, responsável pelo contrato de construção da rodovia, detalhada na nota explicativa 12 - parte relacionadas. Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da controladora Invepar e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRUPAR"). O objeto dos mandados em questão (i) foi relacionado a temas específicos, entre eles, fatos relacionados ao acionista indireto OAS, que se encontra sob investigação no âmbito da operação "lava jato"; (ii) não continham nenhuma referência às atividades e atividades da Invepar ou demais controladas; e (iii) a controladora divulgou fato relevante em 12 de abril de 2016 esclarecendo os referidos acontecimentos. Não houve qualquer alteração de fato ou circunstância que não há qualquer indício de que a Companhia venha a ser afetada pelos resultados das referidas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram aprovadas em 12 de abril de 2016 pela Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BRGAAP, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

**2.2. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, conforme descrito a seguir. A moeda funcional da Companhia é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos por outras fontes.

**2.3. Informação por segmento de negócio.** A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

**2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12).** A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. A concessão reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

**2.5. Reconhecimento de receita.** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável.

**a) Receita de serviço.** As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e correspondem ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**b) Receitas de construção.** A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A margem de construção é calculada, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

**c) Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos em relação aos juros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em caixa ou valor contábil líquido inicial deste ativo.

**2.6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

**2.7. Créditos a receber.** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base na

avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

**2.8. Estoques.** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso.

**2.9. Despesas antecipadas.** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos.

**2.10. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**2.11. Intangível.** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas da concessão, classificados como ativo intangível. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são identificados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Também fazem parte do intangível, equipamentos e peças de reposição estocada no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, o que não exceder o valor de mercado. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

**2.12. Provisão para recuperação de ativos não financeiros.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**2.13. Outros ativos e passivos.** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um obrigação é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**2.14. Tributação.** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de pedágio	Receitas Financeiras	Receitas acessórias
Contribuição do tributo ou Programa de Integração Social	PIS	0,65%	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	4,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%		2,00% a 5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de aplicação de PIS e COFINS, conforme CPC 20 (R1) (IAS 18), taxa encargos são apresentados na linha de receita de serviços, incluindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício compreende o imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro tributável), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para aplicação do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa do imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.15. Benefícios aos empregados.** A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados, incluindo assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência. **Planos de contribuição definida.** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (funda uma previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. **Benefícios de curto prazo a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

**2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos são descontados, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

**2.17. Julgamentos, estimativas e demonstrações contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas.** *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:*

z. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de projeção.

**Impostos.** Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Valor justo de instrumentos financeiros.** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidades. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Participação nos lucros e resultados ("PLR").** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados.

**2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.19. Instrumentos financeiros:**

**a) Reconhecimento inicial e mensuração.** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixas, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos incorridos atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

**b) Mensuração subsequente.** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

**Empréstimos e recebíveis.** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e menos os custos incorridos. A amortização do passivo de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

**2.20. Custos de empréstimos e financiamentos.** Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição ou construção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

**2.21. Resultado por ação.** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais durante o mesmo período. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluíveis em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação.

**2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.** A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas, já emitidas, a seguir: **a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:** • Modificações a IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola. • Modificações a IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os Métodos de Depreciação e Amortização. • Modificações à IFRS 11 - Contabilização para aquisições de Participações em Operações em Conjunto. • Modificações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Aplicação da Isenção para Consolidação. • Modificações à IFRS 10 e IAS 28 - Margem de venda de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. • Modificações a IAS 1 - Esclarecimentos sobre o processo judicialmente de divulgações das Demonstrações Financeiras. • IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas - determina a contabilização de saldos de contas regulatórias diferidas referente ao mercado em que a tarifa é regulada.

**b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:** • IFRS 5 - Ativos Disponíveis para Venda e Operações Descontinuadas - Introdz tópicos específicos em relação à contabilização de ativos mantidos para venda e apresentação e divulgação de operações descontinuadas. • IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) - fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos. • IAS 19 - Benefício a empregados - esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período. • IAS 34 - Demonstrações Financeiras Intermediárias - as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16º da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

**c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:** • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. • IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) - estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de um relação à contabilização de ativos mantidos para venda e a apresentação de **1º de janeiro de 2019:** • IFRS 16 - Leasing - estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e bancos	2.082	1.794
Operações compromissadas em debêntures	12.145	4.070
Certificados de depósitos bancários - CDB	-	22.104
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	14.227	26.004
Aplicações financeiras consideradas como equivalente de caixa	-	-
Saldo em 31/12/2015	14.227	26.004

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Software	(5.356)	(1.157)
Marcas e patentes	(8)	(2)
Direito de concessão	(154.188)	(63.907)
Outorga fixa	(21.833)	(21.133)
Amortização acumulada	(281.385)	(86.199)
Intangível, líquido	2.014.548	71.598
Saldo em 31/12/2015	2.014.548	71.598

	31/12/2015	31/12/2014
Custo de Software	5	7.654
Marcas e patentes	10	22
Direito de concessão	(*)	1.233.653
Outorga fixa	(*)	634.000
Saldo em 31/12/2015	1.875.327	420.966
Amortização	(3.979)	(1.450)
Software	(6)	(2)
Marcas e patentes	(102.041)	(52.207)
Direito de concessão	(100.700)	(21.133)
Outorga fixa	(206.726)	(74.792)
Amortização acumulada	(186.601)	(346.174)
Intangível, líquido	1.678.601	346.174

Descrição	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Passivo circulante	-	-	-
Sênior - BNDES - TJLP	56.180	-	(60.632)
Sênior - BNDES - IPCA	25.736	-	(10.265)
Total	81.916	-	(70.897)
Passivo não circulante	-	-	-
Sênior - BNDES - TJLP	371.003	217.353	-
Sênior - BNDES - IPCA	185.584	113.624	-
Total	556.587	330.977	-

	31/12/2015	31/12/2014
Certificados de depósitos bancários - CDB	9.468	-
Operações compromissadas em debêntures	39.225	-
Operações compromissadas (conta reserva BNDES/Debituristas)	89.207	69.168
Total das aplicações financeiras	137.702	69.168
Circulante	48.693	-
Não circulante	89.027	69.168

As aplicações financeiras são classificadas como recebíveis, e referem-se substancialmente a operações de renda fixa, lastreadas por operações compromissadas em Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - CDB, indexados a taxa de 90,0% a 102,5% a do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações financeiras no montante de R\$83.113 em 31 de dezembro de 2015 (R\$64.226 em 31 de dezembro de 2014) foram efetivamente em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a Companhia deva constituir uma conta reservada, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (ii) 7 (sete) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2013, e (iii) 8 (oito) meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos "A", "B-1", "B-2", "C", "D", "E" e "F" a partir de setembro de 2015. As aplicações financeiras no montante de R\$5.914 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.942 em 31 de dezembro de 2014) foram efetivamente em conexão com a cláusula estipulada na Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, que determinam que a Companhia deva constituir uma Conta de Pagamento do Serviço da Dívida das Debêntures.

	31/12/2015	31/12/2014
AVI (*)	15.757	15.015
CIELO - Vale pedágio	814	596
DBTRANS - Vale pedágio	124	207
OUTROS	1.233	937
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) (**)	(1.256)	(626)
Total	16.672	16.129

(\*) Contas a receber referente à utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. Em 31 de dezembro de 2015, não havia valores vencidos nos créditos a receber da Companhia. O prazo médio de recebimento é de 25 dias. (\*\*) As perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração os valores das receitas de emissões de pedágio e transações rejeitadas (parcela sem perspectiva de recebimento). É reconhecido como perda definitiva (crédito não recuperado) após decorridos seis meses do reconhecimento do crédito. São consideradas em PCLD valores vencidos a mais de 30 dias referentes a violadores, compensações de passageiros e perdas relativas a pista AVI.

	31/12/2015	31/12/2014
Total (PCLD)	16.672	16.129
31 de dezembro de 2015	17.928 (1.256)	16.672 (626)
31 de dezembro de 2014	16.755 (626)	16.129 (626)

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(626)	-
Adições	(2.701)	(1.329)
Reversões	2.071	703
Saldo no fim do exercício	(1.256)	(626)

	31/12/2015	31/12/2014
Balanco Patrimonial	31/12/2015	31/12/2014
Prejuízo fiscal e base negativa	(617.018)	(617.018)
Margem de construção (*)	28.875	30.117
Margem de manutenção (**)	(49.739)	(49.739)
Amortização de outorga (*)	158.519	165.337
Custo de captação de debentures (*)	51.009	53.736
Provisões não dedutíveis	(2.793)	(2.495)
Provisão de participações nos lucros	(1.188)	(2.842)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	(1.002)	(626)
Provisão para riscos	(835)	(333)
Margem de construção (lei 12.973)	1.540	-
Base de cálculo	(432.632)	(423.863)

	31/12/2015	31/12/2014
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	147.095	144.113
Impostos diferidos - ativo	211.764	211.922
Impostos diferidos - passivo	(64.66	



**CONCESSIONÁRIA**  
**AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2015
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	216.678
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	101.708
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	45.631
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	156.988
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2025	102.142
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	278.574
Total				901.721

Parcelas do circulante  
(\*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2014
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2021	256.977
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	15/03/2023	115.273
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2023	51.717
BNDES	TJLP	2,45% a.a.	17/03/2025	160.586
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	15/03/2025	103.716
BNDES	TRB*	2,45% a.a.	17/03/2025	231.213
Total				919.422

Parcelas do circulante  
(\*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA. BNDES - Sênior: Em 10 de fevereiro de 2011, a Companhia assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) convertendo a captação inicial da modalidade Ponte para Sênior. A primeira liberação, referente ao subcrédito A, no montante de R\$377.575, ocorreu em 15 de fevereiro de 2011. Parcela deste empréstimo, no montante de R\$273.637 foi utilizado para aquisição do valor original, juros e comissão do empréstimo ponte, restando o valor líquido de R\$103.938. Subcrédito A vem sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira em 15 de outubro de 2011. Sobre o montante da dívida anterior juros de 2,45% a.a. acima da TJLP. O crédito foi posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos intervieram liberando as parcelas foram. Do montante total contratado de R\$1.052.242, foi liberado pelo BNDES R\$1.039.487 até 31 de dezembro de 2014, restando um saldo a liberar de R\$12.755. A liberação total aprovada representa R\$1.052.242 e está segregada em subcréditos conforme descrito abaixo:

Subcrédito	Valor (R\$)	Prazo	Taxa Juros
A	377.575	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2011	Incidição juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 1	1.787	109 parcelas mensais a partir de 15/03/2012	Incidição juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
B - 2	9.817	114 parcelas mensais a partir de 15/03/2012	Incidição juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
C	174.285	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidição juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
D	15.310	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2013	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 1	11.077	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 2	12.124	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 3	15.363	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 4	10.227	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 5	6.288	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 6	25.784	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 7	44.048	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
D - 8	17.753	10 parcelas anuais a partir de 17/03/2014	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
E	138.839	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidição juros de 2,45% a.a. acima da TJLP
F	33.988	114 parcelas mensais a partir de 15/10/2015	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 1	19.575	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 2	34.159	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 3	28.354	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 4	38.316	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 5	15.454	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES
F - 6	22.019	10 parcelas anuais a partir de 15/03/2016	Incidição juros a taxa de 2,45% a.a. acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES

(\*) Taxa de referência do BNDES indexada ao IPCA. **Cláusulas restritivas:** Conforme contrato de financiamento com o BNDES os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, semestralmente junto com as demonstrações financeiras auditadas de 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: • Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2015 o índice financeiro é de 19,72%. O contrato de financiamento com o BNDES não prevê sanções pelo não atendimento do índice, incluindo o vencimento antecipado. Por não haver prazo de cura estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, assim como ocorre na escritura de debêntures (nota 10), a Companhia, conservadoramente, optou por transferir todo o saldo da dívida do referido contrato para o Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2015. A Controladora realizou até 12 de abril de 2016, conforme divulgado em Evento Subsequente (nota 23), aportes de capital no montante de R\$ 51.000, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento. Com o reestabelecimento do índice e depois de transcorrido o prazo de cura previsto na escritura das debêntures, a Companhia voltará a registrar no Passivo Não Circulante a parcela da dívida do contrato de financiamento com o BNDES vencida no Longo Prazo. • ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = "EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazo) >= 1,2". • "EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). • Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atendeu a referida condição restritiva.

**10. DEBÊNTURES**

Descrição	31/12/2014	Custo de captação incorrido	Custo de captação amortizado	Juros Incorridos	Variação mó-niária	Amortização Principal	Amortização Juros	Transfê-rencia	31/12/2015
Passivo circulante									
Debêntures	10.624	-	-	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	4.323	11.628
Custos a amortizar	(3.428)	(10)	2.997	-	-	-	-	(2.614)	(3.055)
Total	7.196	(10)	2.997	50.744	10.141	(9.340)	(54.864)	1.709	8.573
Passivo não circulante									
Debêntures	840.400	-	-	83.700	-	-	-	(4.323)	919.777
Custos a amortizar	(50.309)	(259)	-	-	-	-	-	2.614	(47.954)
Total	790.091	(259)	-	83.700	-	-	-	(1.709)	871.823

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2014
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	471.882
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	459.523
(-) Custos de transação - Debêntures				(51.009)
Parcelas do circulante				880.396
Parcelas do não circulante				871.823

Descrição	31/12/2013	Juros	Juros Incorridos	Transferências	Amortização	31/12/2014
Passivo circulante						
Debêntures	1.821	(50.071)	50.385	8.489	-	10.624
Custos a amortizar	-	-	-	(3.428)	-	(3.428)
Total	1.821	(50.071)	50.385	5.061	-	7.196
Passivo não circulante						
Debêntures	796.554	-	52.335	(8.489)	-	840.400
Custos a amortizar	(55.668)	-	-	3.428	1.931	(50.309)
Total	740.886	-	52.335	(5.061)	1.931	790.091

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2014
Debenturistas - Série 1	IPCA	5,80 a.a.	15/12/2024	431.120
Debenturistas - Série 2	IPCA	6,05 a.a.	15/12/2024	419.904
Subtotal				851.024
(-) Custos de transação - Debêntures				(53.737)
Total				797.287
Parcelas do circulante				7.196

(a) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos custos incidentes com as atividades relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que teve acesso a determinado recurso compartilhado e a cada parte do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. **Serviços de construção:** Em 5 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS S.A., o contrato de execução de obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. O prazo previsto foi de cinco anos e execução dos serviços sob o regime de empreitada com preço global de R\$1.078.096, reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica que apura o índice de reajuste levando em consideração a variação dos custos quando comparados com a data-base da proposta constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior à meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em 30 de maio de 2014 as partes celebraram um aditivo prorrogando o prazo do contrato de execução de obras por 12 meses, o que gerou um incremento de R\$44.057 na data-base do aditivo. Durante o exercício de 2015, não houve execução de obras no âmbito do contrato de execução de obras civis. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possui saldos decorrentes de serviços executados a serem pagos à OAS S.A., bem como não houve qualquer pagamento feito ao longo do exercício. O Grupo OAS assumiu, em 31.03.2015, o Processo de Recuperação Judicial em nome de 10 (dez) empresas do Grupo, dentre elas a OAS Infraestrutura S/A e a Construtora OAS S/A, acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social desta sociedade, tendo sido aprovada, por maioria, a versão final do Plano de Recuperação Judicial da Assembleia Geral dos Credores realizada em 17.12.2015. No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000.000,00 (um bilhão e trezentos e cinquenta milhões de reais), nas condições estabelecidas no referido Plano. A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar ("SPA"), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla utilização em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos de qualquer natureza, no Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas. As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado. Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta e sete milhões de reais) e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART. Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual. Os fatos relatados acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de construção com a OAS. **Remuneração dos Administradores:** Em 29 de abril de 2015, foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$2.861. A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica, em 31 de dezembro de 2015 foi pago o montante de R\$2.573 (R\$1.410 em 31 de dezembro de 2014).

	31/12/2015	31/12/2014
Pró-labore	1.417	855
Bônus variáveis	540	219
Encargos	391	215
Outros benefícios	225	122
Total	2.573	1.411

Parcelas do não circulante	31/12/2015	790.091
Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento em 31 de dezembro de 2015.		
<b>Exercícios</b>		<b>Valor</b>
2017		15.473
2018		15.352
2019		15.230
2020		42.682
2021		106.750
2022 em diante		676.336
		871.823

Debêntures - 2ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2012, foi aprovada a realização da segunda emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a instrução CVM nº 400. Foram emitidas 750.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1,00, totalizando R\$750.000. A emissão se deu em duas séries, sendo que para a primeira série foram emitidas 380.000 debêntures e para a segunda série foram emitidas 370.000 debêntures. As debêntures terão prazo de vencimento de 12 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2024 e incidirão juros remuneratórios, prefixados correspondentes a 5,80% a.a. para as debêntures da primeira série, e 6,05% a.a. para as debêntures da segunda série. Os juros remuneratórios são pagos anualmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 do mês de dezembro, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 15 de dezembro de 2013. As debêntures emitidas não possuem cláusula de resgate. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$59.008 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$51.009 (R\$53.737 em 31 de dezembro de 2014). Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para a apropriação dos encargos financeiros aos resultados dos exercícios:

Exercícios	Valor
2016	(3.055)
2017	(3.300)
2018	(3.421)
2019	(3.543)
2020	(4.245)
2021	(5.876)
2022	(7.876)
2023 a 2024	(19.691)
Total	(51.009)

**Cláusulas restritivas:** Conforme contrato das debêntures os covenants financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano. Os índices financeiros são: • Patrimônio Líquido/Ativo Total: Apresentar proporção > 20% (vinte por cento). Em 31 de dezembro de 2015 o índice financeiro é de 19,72%. Conforme estabelecido no contrato das debêntures no inciso XXVII da cláusula 6.1 o não atingimento do índice prevê a existência do Evento de Capitalização pela Controladora objetivando a recuperação do índice. O contrato também estabelece o prazo de cura de 30 dias a partir do prazo estipulado para aferição do índice, o qual ocorre em até 10 dias corridos após a publicação das Demonstrações Financeiras na CVM, como uma extensão para o cumprimento das obrigações, não cabendo qualquer sanção, incluindo o vencimento antecipado. A Controladora realizou até 12 de abril de 2016, conforme divulgado em Evento Subsequente (nota 23), aportes de capital no montante de R\$51.000, reestabelecendo o índice ao exigido no contrato de financiamento. • ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = "EBITDA ajustado/(amortizações + juros das dívidas financeiras de curto e longo prazo) >= 1,2". • "EBITDA ajustado = resultado operacional antes do pagamento de juros e impostos, acrescido da depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSSL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). • Juros pagos das dívidas financeiras de curto e longo prazo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia atendeu a referida condição restritiva.

**11. PROVISÃO PARA RISCOS:** A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e civil. A Administração, constatando na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Natureza	31/12/2015		
	Provável	Provável de perda	Total
Trabalhistas	676	12.820	38
Cíveis	1.656	10.973	45
Total	2.332	23.793	83

Natureza	31/12/2014		
	Provável	Provável de perda	Total
Trabalhistas	610	6.158	53
Cíveis	234	8.082	4
Total	844	14.240	57

b) Movimentação dos riscos prováveis	31/12/2015			Saldo final 31/12/2015
	Saldo inicial 31/12/2014	Adições	Reversão	
Trabalhistas	610	292	(26)	676
Cíveis	234	1.405	(228)	1.656
Total	844	1.742	(254)	2.332

Trabalhistas	31/12/2013			Saldo final 31/12/2014
	Adições	Baixas	Total	
Trabalhistas	428	182	-	610
Cíveis	434	-	(200)	234
Total	862	182	(200)	844

**Riscos trabalhistas:** A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. A Companhia contabiliza os valores dos processos classificados como probabilidade de perda provável, no montante de R\$676 em 31 de dezembro de 2015 (R\$610 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia também possui ações de natureza trabalhistas, envolvendo riscos de perdas que foram classificadas como possíveis com valor estimado de R\$10.973 em 31 de dezembro de 2015 (R\$8.082 em 31 de dezembro de 2014). - **Ação cível pública:** a) Em 1º de dezembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação cível pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado um inquérito civil com o objetivo de apurar o risco de atropelamento de animais domésticos e silvestres e o posterior encaminhamento dos animais resgatados no trecho da Rodovia Raposo Tavares ao centro de reabilitação e triagem, e ao final foi pleiteado a condenação da CART para iniciar as obras necessárias com o fito de garantir a devida assistência aos animais atropelados que necessitem de cuidados, bem como pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados à fauna. Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz, determinando-se assim a especificação de provas pelas partes. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 22 de março de 2016 é de R\$11.499,60. Em 16 de setembro de 2015, o Ministério Público (MP) propôs ação cível pública com pedido de tutela antecipada contra a CART, alegando que no ano de 2013 foi instaurado inquérito civil com o objetivo de apurar indevidas ações e omissões por parte da Companhia na nascente Água de Oleo, o que teria provocado danos ambientais, e ao final foi pleiteado a condenação da CART a realizar diversas medidas para restaurar a área da nascente, bem como a pagar indenização correspondente aos danos ambientais causados às áreas de preservação permanente. Foi apresentado contestação pela CART e, posteriormente, manifestação pelo MP. A tutela antecipada formulada pelo MP foi indeferida pelo Juiz determinando que a CART promova, no prazo de 180 dias, as obras pleiteadas pelo MP, com o objetivo de eliminar os problemas envolvendo o volume excessivo de águas pluviais e a poluição na Nascente da Água do Oleo, sob pena de multa diária de R\$3.000,00, bem como especificar provas pelas partes. O montante atualizado desses autos, avaliado como de risco de perda possível, em 22 de março de 2016 é de R\$2.322.

**12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As operações entre quaisquer das partes relacionadas, sejam elas administradoras e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da lei das sociedades por ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

	Transação	Relação da parte com a Companhia	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
--	-----------	----------------------------------	------------------	----------------------	--------------------



**CONCESSIONÁRIA  
AUTO RAPOSO TAVARES S.A.**  
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58



de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurador venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E CONCENTRAÇÃO DE RISCO:** Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores.

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo	Custo Amortizado
<b>Instrumentos financeiros</b>				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	14.227	–	22.004	–
Aplicação financeira	137.720	–	69.168	–
Parte relacionada	–	537	–	568
Créditos a receber	–	16.672	–	16.129
Total do ativo	151.947	17.209	91.172	16.697

Passivos				
Fornecedores	–	17.596	–	2.146
Parte relacionada	–	2.581	–	1.285
Empréstimos e financiamentos	–	901.721	–	919.422
Debêntures	–	880.396	–	797.287
Obrigações com poderes concedentes	–	415	–	386
Total do passivo	–	1.802.709	–	1.720.526

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado se aproximam do valor de mercado, exceto as debêntures que em 31 de dezembro de 2015 tinham o valor de R\$819.727 (R\$787.580 em 2014). Nos termos da Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008, a Administração da Companhia informa que os fatores de risco a que está exposta são: a) **Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures, com

o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. b) **Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. c) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos:** Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Mensurados a valor justo				
- Ativos financeiros	12.145	–	12.145	–
Equivalentes de caixa	137.720	–	137.720	–
Aplicações financeiras	149.865	–	149.865	–

	31/12/2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Mensurados a valor justo				
- Ativos financeiros	20.210	–	20.210	–
Equivalentes de caixa	69.168	–	69.168	–
Aplicações financeiras	89.378	–	89.378	–

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo. d) **Exposição a riscos de taxas de juros:** O principal fator de risco de mercado que pode afetar os negócios da Companhia é a taxa de juros. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e debêntures captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita a variação da TJLP e IPCA. e) **Análise de sensibilidade:** A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08: • Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia. • Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação

da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável. • Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente). • Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: (i) cenário provável, aquilo que a Companhia espera que se concretize; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as flutuações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, estão sendo apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
Ativo financeiro			
CDI	13,88%	10,41%	6,94%
IPCA	7,69%	5,77%	3,85%
Passivo financeiro			
CDI	13,88%	17,35%	20,82%
TJLP	7,25%	9,06%	10,88%
IPCA	7,69%	9,61%	11,54%

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros.** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada na tabela abaixo: a) Ativo financeiro:

Operação	Cenário				
	Risco	Base	provável	Cenário A	Cenário B
Equivalente de caixa	DI	12.145	891	672	452
Aplicação financeira	DI	137.720	10.247	7.728	5.192
b) Passivo financeiro (*)					

Operação	Cenário				
	Risco	Base	provável	Cenário A	Cenário B
Debêntures	IPCA	471.882	60.177	69.214	78.248
Debêntures	IPCA	459.523	60.597	69.859	79.177
BNDES	TJLP	521.006	44.978	52.975	60.191
BNDES	IPCA	380.715	51.881	58.020	64.584

\*O cálculo da sensibilidade é acrescido de Spread. No quadro acima, são considerados três cenários sobre os passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. O montante equivalente a 100% dos empréstimos e financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos à remuneração pela variação acumulada da taxa de juros da TJLP e IPCA, e o equivalente de caixa e aplicação financeira sujeita a CDI. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. f) **Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a

Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou valores a receber de R\$17.928 sendo que os valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. representam 87,89% deste, ou seja, R\$15.757, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Via Fácil"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como improvável o risco de crédito oriundo destes valores a receber por considerá-los mitigados entre as concessionárias do setor rodoviário. g) **Derivativos:** A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício. h) **Valores de mercado:** Em 31 de dezembro de 2015, os valores de mercado das contas a receber e a pagar aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações anuais, devido à sua natureza de curto prazo. i) **Exposição a risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

31 de dezembro de 2015	Um a Três a Superior a			Total
	um ano	três anos	cinco anos	
Empréstimos e Financiamentos	901.721	–	–	– 901.721
Debêntures	8.573	46.055	149.432	676.336 880.396
Fornecedores	17.596	–	–	– 17.596

j) **Gestão de capital:** O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	901.721	919.422
Debêntures	880.396	797.287
Caixa e equivalentes de caixa	(14.227)	(22.004)
Aplicações financeiras	(137.720)	(69.168)
Dívida líquida	1.630.170	1.625.537
Patrimônio líquido	476.934	461.181
Índice de endividamento líquido	2.107.104	2.086.718

**22. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA:** A Companhia teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2015	31/12/2014
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores)	14.640	488

**23. EVENTOS SUBSEQUENTES:** Em 15 de março de 2016, 28 de março de 2016 e 12 de abril de 2016, ocorreu a integralização do aumento de capital na Companhia nos valores de R\$35.000, R\$5.000 e R\$11.000, respectivamente, o aumento de capital foi aprovado em 02/12/2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$133.000, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.

**A Administração**  
Magno Silva de Moraes - CRC RJ - 108.830/O-4  
**Contador**

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. **Bauru - SP** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício

findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** *Continuidade operacional da Companhia.* Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras, que indicam que a Companhia apresenta passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$863.743 mil, causado principalmente pelo endividamento de curto prazo no montante de R\$901.721 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. *Diligências envolvendo partes relacionadas da Companhia.* Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1b às demonstrações financeiras, que inclui informações referentes a fatos sob investigação envolvendo acionistas e partes relacionadas da Companhia no âmbito da operação "Lava Jato". O entendimento da Administração sobre esse assunto, atualmente em andamento, está descrito na referida nota explicativa e seu desfecho e eventual efeito para os acionistas ou para a Companhia, não é conhecido. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado.* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4